

ÍNDIOS

Terra de grupo indígena ameaçado de extinção vem sendo disputada em processo na Justiça Federal. Desde 1985 Funai conseguiu indenizar 46 posseiros para liberar a área. A chegada de um novo ocupante retarda a solução

Briga judicial pela terra dos Avá Canoeiro

Marina Oliveira
da equipe do Correio

Uma disputa judicial poderá realizar uma façanha que nem os desbravadores que ocuparam o estado de Goiás, a partir do século XVII, conseguiram — acabar com os índios Avá Canoeiro. A matança promovida pelos bandeirantes na chegada ao Centro-Oeste dizimou, mas não liquidou a tribo. Atualmente, restam seis representantes dos Avá Canoeiro no Brasil (um idoso, três adultos e um casal de adolescentes). E, apesar de todo empenho prometido pela Fundação Nacional do Índio (Funai) para demarcar a reserva, na região dos Municípios de Minaçu e Cavalcante (GO), os índios continuam sem ser reconhecidos como os únicos donos da terra.

Desde 1985, a Funai vem pagando indenizações para retirar as 51 famílias de posseiros que ocupavam a área destinada à reserva. No início deste ano, somente cinco famílias de posseiros permaneciam no local, tendo sido as demais indenizadas com recursos repassados à Funai pela empresa Furnas Centrais Elétricas (dona de uma usina na área e interessa na preservação da reserva). Até que apareceu um novo posseiro, advogado, que instalou-se na área e,

com seu exemplo, estimula moradores.

O advogado José Paiva de Novais — o posseiro — afirma ter adquirido, em abril de 1999, um lote de Isabel Natividade Pinheiro. Ela, por sua vez, recebeu a gleba de terra como resultado de um processo de separação do ex-marido Carlindo Esteves Filho.

A Funai alega, todavia, que o próprio Carlindo estaria impedido de transferir a posse. Antes, ele havia tentado receber indenização da Funai, mas não conseguiu. Isso porque foi considerado pela Justiça como posseiro de má-fé — aquele que ocupa a terra com outros fins que não o de morar nela, plantar ou desenvolver qualquer atividade agropecuária.

O mais interessante nessa história foi a maneira como a Funai tomou conhecimento da existência de José Paiva. No dia 12 de fevereiro deste ano, o advogado tentou passar pelo posto de fiscalização da Funai, na estrada estadual que liga os municípios goianos de Colinas do Sul e Minaçu. Impedido pela vigilância, que não encontrou seu nome na relação das pessoas autorizadas a entrar na área da reserva, ele procurou a direção da Funai em Brasília, fez uma carta queixando-se do chefe do posto, Walter Sanches, e conseguiu uma autorização para visitar a área.

Valter Sanches/ Divulgação



A TERRA ONDE VIVEM OS ÚLTIMOS AVÁ CANOEIRO, NO INTERIOR DE GOIÁS, VEM SENDO DISPUTADA NA JUSTIÇA

Liminar abre os portões

“Ele entrou, ficou três dias e saiu. Depois tentou voltar, mas novamente foi impedido, porque não conseguiu nenhuma autorização de Brasília”, contou o chefe do posto da Funai na reserva Avá Canoeiro, Walter Sanches. O advogado resolveu, então, entrar na Vara Federal de Brasília (DF) com um ação de manutenção da posse do imóvel e de reparação pelos danos sofridos. Ele obteve uma liminar que o autorizava a entrar na área e apenas para verificar as condições da fazenda.

Informada da decisão, a Funai recorreu ao juiz federal da 9ª Vara Seção Judiciária do DF para pedir a anulação do processo movido pelo advogado. Segundo a Funai, existem dúvidas sobre quem seria o verdadeiro dono da terra. Além disso, por se tratar de questão de interesse indígena, o tratamento dispensado à ação deveria ser diferente de processos comuns. A ação ainda não foi julgada. Procurado pela reportagem José Paiva de Novais preferiu não retornar a ligação.

Segundo o chefe do posto da Funai, José Paiva já havia furado a barreira de fiscalização duas vezes, antes de ser barrado. Por isso, a segurança do posto foi reforçada com uma cerca e um cadeado.

Apesar disso, Walter Sanches afirma que José Paiva, além de entrar na reserva, colocou na fazenda aproximadamente cem cabeças de gado. “Uma vez ele chegou a serrar o cadeado e ainda tomou das mãos do porteiro o livro em que registrava o ocorrido e o rasgou”, contou Sanches, em depoimento à Polícia Federal de Goiás.